

“OCUPAR AS TELAS E DEMARCAR AS REDES”: JUVENTUDES INDÍGENAS E COMUNICAÇÃO DIGITAL

*Lorena Cruz Estevesⁱ
Rosaly de Seixas Britoⁱⁱ
Danila Calⁱⁱⁱ
Nathália de Sousa Fonseca^{iv}
Rosane Steinbrenner^v*

Resumo: Busca-se compreender os sentidos produzidos pelas juventudes indígenas sobre comunicação digital a partir de sua atuação no Acampamento Terra Livre (ATL), reconhecido como a maior mobilização indígena do Brasil e realizado, pela primeira vez de forma digital, em 2020, em função da pandemia de Covid-19. O referencial teórico é orientado pelo paradigma praxiológico da Comunicação (FRANÇA; SIMÕES, 2017), com enfoque para o ativismo digital (CASTELLS, 2017) e pela epistemologia decolonial (CASTRO, 2019; TORRICO, 2018) que contempla os saberes indígenas (POTIGUARA, 2019; KRENAK, 2019; XAKRIABÁ, 2018; KAMBEBA, 2018). Por meio da análise de live do ATL, discutem-se seis categorias de discursos mobilizados pelas juventudes indígenas ao tratarem sobre comunicação digital: autocomunicação; direito; mediações; espaço de lutas; interação; e visibilidade. Conclui-se que a comunicação é vista como um direito e também como um instrumento de luta, ao mesmo tempo em que institui novas temporalidades.

Palavras-chave: Comunicação decolonial. Juventudes indígenas. ATL 2020. Comunicação Digital. Saberes Indígenas.

“OCCUPY THE SCREENS AND DEMARK THE NETWORKS”: INDIGENOUS YOUTH AND DIGITAL COMMUNICATION

Abstract: It aims to understand the meanings about digital communication produced by indigenous youths from their performance in the Acampamento Terra Livre (ATL), recognized as the largest indigenous mobilization in Brazil and carried out, for the first time in a digital way, in 2020, due to the Covid-19 pandemic. The theoretical framework is guided by the praxiological paradigm of Communication (FRANÇA; SIMÕES, 2017), with a focus on digital activism (CASTELLS, 2017) and by decolonial epistemology (CASTRO, 2019; TORRICO, 2018) which includes indigenous knowledge (POTIGUARA, 2019; KRENAK, 2019; XAKRIABÁ, 2018; KAMBEBA, 2018). Through the analysis of the ATL live, six categories of speeches mobilized by indigenous youths when dealing with digital communication are discussed: self-communication; right; mediations; fight space; interaction; and visibility. It is concluded that communication is seen as a right and also as an instrument of struggle, while establishing new temporalities.

Keywords: Decolonial communication. Indigenous youths. ATL 2020. Digital Communication. Indigenous knowledge.

“OCUPAR LAS PANTALLAS Y DEMARCAR LAS REDES”: JUVENTUD INDÍGENA Y COMUNICACIÓN DIGITAL

Resumen: El objetivo es comprender los significados producidos por jóvenes indígenas sobre la comunicación digital a partir de su actuación en el Acampamento Terra Livre (ATL), reconocida como la mayor movilización indígena de Brasil y realizada, por primera vez de forma digital, en 2020, debido a la pandemia de Covid-19. El marco teórico se guía por el paradigma praxiológico de la Comunicación (FRANÇA; SIMÕES, 2017), con foco en el activismo digital (CASTELLS, 2017) y por la epistemología decolonial (CASTRO, 2019; TORRICO, 2018) que incluye saberes indígenas (POTIGUARA, 2019; KRENAK, 2019; XAKRIABÁ, 2018; KAMBEBA, 2018). A través del análisis del ATL en vivo, se discuten seis categorías de discursos mobilizados por los jóvenes indígenas al abordar la comunicación digital: autocomunicación; bien; mediaciones; espacio de lucha; interacción; y visibilidad. Se

concluye que la comunicación es vista como un derecho y también como un instrumento de lucha, al tiempo que establece nuevas temporalidades.

Palabras clave: Comunicación decolonial. jóvenes indígenas. ATL 2020. Comunicación Digital. Conhecimento indígena.

1. INTRODUÇÃO¹

A colonização, ela não acabou. Ela acontece a todo instante na sociedade brasileira. A todo tempo, tentam retirar os direitos que temos, colonizar, né? E aí, os mecanismos que a gente tem são as mídias digitais, é a comunicação. A gente entende a comunicação para além de passar notícias. A comunicação, ela é cultural, contribui para a estrutura política do país, para as políticas públicas. Então, a comunicação consegue dialogar, na minha opinião, com todas as áreas de conhecimento e de luta dos povos indígenas (JAQUELINE XUKURU, 2020).

Em 2020, pela primeira vez, a Grande Assembleia Nacional – o Acampamento Terra Livre (ATL), maior mobilização indígena do Brasil – ocorreu de forma inteiramente digital. Povos, organizações e lideranças indígenas de todos os biomas brasileiros, impossibilitados de se encontrar pessoalmente, em decorrência da necessidade do isolamento social imposto pelo novo coronavírus, realizaram debates, seminários, depoimentos e lives, entre 27 e 30 de abril de 2020, de forma remota, destacando nas discussões o acirramento das colonialidades que historicamente os atravessam e que foram agravadas no cenário das crises sanitária e política.

De modo específico, estudamos uma das lives do ATL, intitulada “Juventude indígena, comunicação e ação: um pé na aldeia outro no mundo”, da qual participaram jovens lideranças indígenas representando vários estados e etnias do país: Nyg Kaingang (Paraná); Inai’ury Guajajara (Maranhão); Edvan Xakriabá (Minas Gerais); Jaciara Borari (Pará); Jaqueline Xukuru (Pernambuco); Valdineia Sauré Munduruku (Pará); Cassimiro Tapeba (Ceará) e Mirim Ju Yan Guarani (Brasília-DF). O debate foi mediado pelo jovem indígena Yaponã Guajajara (Maranhão). Eles e elas protagonizaram narrativas que tiveram como mote “Ocupar as telas e demarcar as redes”.

¹ Este artigo apresenta parcialmente resultados vinculados aos projetos “Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia (Ecoaras)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e “Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências na Amazônia Brasileira”, por meio de uma iniciativa articulada de pesquisa.

Nosso modo de olhar reflete o reconhecimento prévio da necessária inversão do olhar (CASTRO, 2019) como postura e trilha epistêmica no esforço de uma compreensão sensível que é sempre uma aproximação e tradução da alteridade. Consideramos importante ainda situar nossos lugares de fala, como mulheres não indígenas, amazônicas, brasileiras, situadas, portanto, política, epistêmica e geograficamente em território localizado no Sul Global, pesquisadoras do campo da Comunicação.

Para compreender quais sentidos foram produzidos pelas juventudes indígenas sobre comunicação digital, em sua atuação no ambiente hiperconectado, partimos do olhar praxiológico da Comunicação, que a considera como um processo interacional entre sujeitos comunicantes, a partir de uma materialidade simbólica, num dado contexto situado social e historicamente, em um constante jogo de forças (FRANÇA; SIMÕES, 2017). De modo complementar, consideramos os processos de comunicação que ocorrem a partir de, entre e com sujeitas e sujeitos que historicamente tiveram o direito à comunicação cerceado, negado, invisibilizado pelo processo inicial de violência colonial, fundante da in-comunicação, que reprimiu culturas, colonizou imaginários e classificou racialmente as sociedades (TORRICO, 2018). Ao confrontar esse estado de in-comunicação permanente, os povos indígenas, por meio da comunicação decolonial (TORRICO, 2018), reivindicam e exercem o direito de amplificar suas vozes, historicamente silenciadas, rompendo com uma lógica hegemônica que por séculos, no Brasil como em todo o Sul Global, subalterniza, oprime e tenta apagar a história, a tradição e a ancestralidade dos povos originários (KRENAK, 2019; XAKRIABÁ, 2018; CASTRO, 2019).

Nessa perspectiva de diálogo com as epistemologias decoloniais, propomos problematizar, à luz do caso analisado, os atuais processos tecnocomunicativos que emergem das práticas realizadas por agentes subalternizados, com o propósito de reconhecer e compreender processos e narrativas a partir de uma outra ordem e lócus de enunciação, aqui denominados como projetos comunicativos decoloniais.

Como lógica metodológica, apostamos no diálogo e também nos tensionamentos entre as perspectivas teóricas e a observação sistemática das falas e da atuação das jovens lideranças indígenas na live estudada. A partir desse processo de escuta sensível e da leitura exaustiva das transcrições das falas, identificamos seis sentidos principais relacionados à comunicação digital: a) Autocomunicação; b) Direito; c) Mediação; d) Espaço de luta; e)

Interação; e f) Visibilidade. Antes de detalhá-los, consideramos fundamental recuperar alguns dos fundamentos que alimentam este artigo.

Importante destacar ainda, a posição das autoras pela manutenção dos nomes completos dos e das falantes nas citações (diretas e indiretas), por uma coerência ética-teórico-metodológica, e portanto política, na medida em que o posicionamento dos jovens, homens e mulheres indígenas, que tiveram suas falas destacadas neste artigo, são igualmente fonte de saberes e referências.

2. QUANDO NOVOS SUJEITOS ENTRAM EM CENA: JUVENTUDES INDÍGENAS, FLUXOS, FRONTEIRAS E EMERGÊNCIAS

Desde que se tornou visível na cena pública a juventude, como categoria tanto social como política, é um conceito em disputa. Foi somente no século XX que os jovens passaram a ser uma categoria reconhecida socialmente no mundo ocidental, como sujeitos situados no intermédio entre a infância e a vida adulta. Sempre se impôs, no entanto, a necessidade de reconhecer a existência de múltiplas juventudes, condicionadas cultural e historicamente. Uma vez que as sociedades são diversas, além de desiguais e hierarquizadas, não só por fronteiras de classe, como de gênero, étnicas e raciais, assim também são as juventudes (BRITO, 2014).

Carles Feixa (2015) assinala que, muito além de uma categoria biológica, como foi apontado ainda no início do século XX, sobretudo após as contribuições dos estudos culturais ingleses, em meados do século passado, a juventude passou a ser vista como “uma construção cultural do capitalismo avançado, que respondia, por um lado, a algumas necessidades do mercado de consumo e das indústrias culturais e, por outro, a uma autodefinição dos próprios jovens” (FEIXA, 2015, p. 1-2).

São plurais e diversos os modos de ser jovem na época contemporânea. Ao mesmo tempo que só podem ser compreendidos em seus contextos particulares, os jovens também estão sujeitos aos intensos fluxos simbólicos e de várias ordens trazidos pela globalização. “Se por um lado tais experiências são complexamente distintas, por outro se tornam referências de uma temporalidade compartilhada globalmente” (MARCON, 2016, p.332). Captar essas múltiplas dimensões, por vezes contraditórias e até paradoxais, segundo o autor, faz parte dos desafios de se pensar os fenômenos sociais que cercam a experiência juvenil no presente.

Pensar as juventudes indígenas torna ainda mais complexo esse cenário. É relativamente recente a emergência de uma perspectiva geracional nas pautas políticas, em prol da defesa dos interesses dos povos indígenas. Porém, ela ganhou especial relevância e visibilidade por ocasião dos dez anos da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (DDPI) da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017. Jovens indígenas organizados na Red de Jóvenes Indígenas de América Latina (RJIAL), integrada por representações deste segmento do Brasil, Bolívia, Guatemala, Nicarágua, México e Panamá, promoveu, entre 2016 e 2017, um conjunto de eventos e atividades destinado a fazer um balanço crítico relativo aos direitos indígenas nos dez anos de vigência da DDPI. Daí resultou um documento intitulado Informe – Perspectiva de Jóvenes Indígenas a los 10 Años de la Adopción de la Declaración de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, coproduzido pela RJIAL e pela Unidade de Juventude Indígena do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe - FILAC (OLIVEIRA, 2019, p. 1264).

De acordo com Oliveira (2019), desse documento emerge uma produção político-discursiva sob um claro corte geracional dos direitos indígenas. Foram desenvolvidos oito eixos temáticos: direito a não discriminação; terra e território; cultura; educação; saúde; participação; trabalho; e comunicação e informação. Importante assinalar o último eixo como algo que assume o status de uma demanda geracional dos jovens indígenas e se coloca no mesmo patamar de importância em relação a outras históricas reivindicações desses povos. O documento tornou-se um marco da atuação e do “protagonismo de pessoas que se autoidentificam como jovens e indígenas, entre outros marcadores sociais (...), para desconstruir relações de poder e legitimar a ação política nos cenários de disputa dos direitos humanos” (OLIVEIRA, 2019, p. 1263).

Visto no contexto dos mais de dez documentos jurídicos que regulamentam o direito internacional dos povos indígenas, a DDPI, segundo Oliveira (2019), é a única que contempla a “inclusão do marcador juvenil como critério de reconhecimento de especificidades geracionais nos direitos indígenas” (OLIVEIRA, 2019, p. 1265). Dessa maneira, os Estados veem-se compelidos a dar conta, tanto no âmbito das ações quanto da interpretação jurídica, de demandas antes não prescritas, e revelam a diversidade interna dos povos indígenas.

O documento produzido pela RJIAL/FILAC põe em questão qualquer tentativa de homogeneizar a definição das faixas etárias da infância, adoles-

cência e juventude entre os povos indígenas, deixando claro que conceituações fechadas podem resultar em discriminação de uma porcentagem dessas populações, uma vez que cada sociedade e cultura constrói seu imaginário sobre cada uma dessas etapas da vida, atribuindo-lhes papéis e sentidos próprios.

Embora tomando por base o contexto mexicano, Maritza Urteaga (2008) traz aportes importantes para a compreensão da categoria juventude entre os povos indígenas de seu país que podem, no entanto, dadas as muitas similaridades da realidade indígena entre os países latino-americanos, ser úteis para a discussão em torno desse segmento etário no Brasil. Uma das questões apontadas pela autora é a “não existência” até recentemente da juventude na investigação antropológica ou social o que, a seu ver, pode ser atribuído ao fato de que as etnias até pouco tempo não reconheciam essa faixa etária intermediária entre a infância e a vida adulta.

Os intensos fluxos migratórios de jovens indígenas das áreas rurais para as urbanas no México respondem em grande medida, a seu ver, pela emergência do juvenil no étnico. Isso vem se dando, conforme Urteaga (2008), nos marcos das vertiginosas mudanças havidas nos últimos trinta anos naquele país, nas dimensões econômica, social, cultural e tecnológica, que incidem de maneira substantiva no cotidiano das pessoas e, em especial, dos jovens. Em vista da intensidade das mudanças, ela acredita que vários conceitos clássicos antropológicos, que soavam como coerentes e únicos, tais como cultura, etnia, comunidade e as consequentes representações que se construíram em torno dos povos indígenas, precisam ser revistos. Entre outras razões, para que seja possível visualizar esse sujeito emergente, o “juvenil étnico”, e lançar sobre ele um olhar aberto, capaz de compreender as transformações em curso, os conflitos e as contradições, inclusive no âmbito interno das sociedades indígenas. Trata-se, conforme sua visão, de “movernos entre fronteras y hacer de esta área fronteriza – dentro de las zonas de diferencia al interior y entre culturas – el centro de nuestra indagación sobre las posibles `nuevas etnicidades´” (URTEAGA, 2008, p. 263).

O diálogo com a autora lança luz sobre o caso aqui estudado, do protagonismo juvenil no Acampamento Terra Livre, cuja live carrega o sugestivo subtítulo – “um pé na aldeia e outro no mundo”, a indicar justamente essas zonas de fronteira e a necessidade de nos movermos

dentro delas para entender a emergência desses novos sujeitos(as/es), potencializadas pelos ambientes digitais e suas dinâmicas de fluxos, propiciadoras também de insurgências contra a ordem colonial hegemônica.

3. AUTOCOMUNICAÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS “TECNOLOGIAS DE TRANSFORMAÇÃO”: SENTIDOS DO ATIVISMO JUVENIL INDÍGENA NAS REDES

A *live* que analisamos foi transmitida ao vivo em 28/04/2020, por meio do canal Mídia Ninja no YouTube. Até 22/03/2023, possuía 783 visualizações. No total, são 1h56min09s de gravação das participações de Nyg Kaingang (Paraná); Inai'ury Guajajara (Maranhão); Edvan Xakriabá (Minas Gerais); Jaciara Borari (Pará); Jaqueline Xukuru (Pernambuco); Valdineia Sauré Munduruku (Pará); Cassimiro Tapeba (Ceará), Mirim Ju Yan Guarani (Brasília-DF) e a mediação de Yaponã Guajajara (Maranhão).

Figura 1 - Arte de divulgação da live “Juventude indígena, comunicação e ação”



Fonte: YouTube Disponível em: <https://bit.ly/3yOsJNM>. Acesso em: 10 maio 2020.

Para proceder à investigação, transcrevemos todo o conteúdo e fizemos leituras sistemáticas das falas transcritas, com a finalidade de buscar categorias que possibilitassem a compreensão dos sentidos produzidos pelos ativistas sobre comunicação no ambiente digital. Por meio desse processo, identificamos seis categorias de sentidos que serão analisadas de modo qualitativo, em diálogo com a fundamentação teórica mobilizada pela pesquisa.

Quadro 1 - Categorias analíticas

Autocomunicação	Produzir sentidos acerca da história, dos saberes, das tradições indígenas e ressignificar, por meio das próprias narrativas, o que é ser indígena, confrontando a visão hegemônica, estereotipada e padronizada
Direito	Comunicação como um direito, o direito à comunicação, garantido na jurisprudência a todos e todas, sem distinção de qualquer natureza, como o direito à democratização das mídias
Mediação	As juventudes e as redes sociais digitais como meios, pontes de interlocução entre o mundo não indígena e o mundo indígena, levando as informações apreendidas nas redes, nos debates, na internet como um todo para os outros integrantes das comunidades indígenas, que não têm acesso a esses espaços virtuais
Espaço de lutas	A comunicação como espaço de luta, como um instrumento de luta, assim como o arco e a flecha, e que como espaço precisa ser demarcado pelos indígenas, tal qual as cidades, as universidades, demarcar os espaços virtuais
Interação	Comunicação com uma forma de interagir com outros povos indígenas, não indígenas, instituições, com objetivos diversos, por exemplo para articulação, procurar parcerias, mobilizar, fortalecer a luta e debater, bem como, uma forma de interferir, influenciar no debate e na formulação das políticas públicas, atuando na esfera formal
Visibilidade	Comunicação para divulgar ações, campanhas, denunciar, de forma geral, uma forma de se fazer ver/ouvir

Fonte: Autoria própria com base em síntese do material analisado.

3.1. Autocomunicação

A possibilidade de criar e protagonizar as suas próprias narrativas é uma característica fundamental da atuação dos movimentos sociais, entre eles o Movimento Indígena. No entanto, as estratégias que antes se restringiam ao ambiente material, segundo Castells (2017), ampliaram-se em direção a um espaço autônomo de criação de narrativas, que se apresenta em redes digitais, de forma complexificada, por meio de múltiplas linguagens e códigos, no contexto político contemporâneo de atuação.

Segundo Castells (2017), os movimentos sociais progressistas contemporâneos vêm se apropriando das plataformas de comunicação digital para atuar em rede, articulando-se e debatendo, por meio de uma “autocomunicação de massa” (CASTELLS, 2017, p. 22), que processa e distribui mensagens de muitos para muitos em escala global, em um processo de comunicação de caráter horizontal. O objetivo desses movimentos, de acordo com Ise Scherer-Warren (2010), é procurar superar as colonialidades contemporâneas. No caso do Movimento Indígena Brasileiro, Márcia Kambéba (2018) reforça que são reivindicados a autonomia e o protagonismo das narrativas, haja vista o fato de terem sido silenciadas/os por séculos e de sua história ser contada sob o ponto de vista do outro.

O jovem indígena Cassimiro Tapeba, do Ceará, em sua participação no ATL, reiterou que a autocomunicação indígena, por meio das plataformas de comu-

nicação digital, proporciona a possibilidade de desconstrução de estereótipos, “porque as pessoas têm a ideia do indígena estereotipado, aquele jovem nu, passado nos livros de estudos sociais da época da ditadura militar” (ATL, CASSIMIRO TAPEBA, 2020). Essa fala remete a uma memória cristalizada sobre os indígenas, reproduzida por meio de um imaginário coletivo, construído pela escola, igreja e mídia, que, segundo Krenak, “suprime a diversidade, nega outras formas de vida, a pluralidade das existências e hábitos” (KRENAK, 2019, p. 24).

Cassimiro destaca ainda que é como se a cultura indígena, a cultura da própria juventude indígena, fosse algo padronizado, como se todos fossem da mesma cultura. “A gente sabe que a cultura é algo diferenciado no meu povo Tapeba, como é diferenciado nos Guajajaras, enfim, em outros povos indígenas, como existem as línguas, rituais, cantos” (ATL, CASSIMIRO TAPEBA, 2020).

A indígena Valdineia Munduruku, da região Oeste do Pará, relatou um caso, denunciado a ela, ocorrido no Sul da Bahia, região do povo Pataxó, de um concurso no qual colocaram a imagem de uma atriz vestida de indígena americana, negando, com isso, a existência do povo Pataxó na região, mais uma vez, reforçando a ideia de uma cultura homogênea, em que as especificidades são apagadas.

Essa tentativa de apagamento também foi reforçada por Jaqueline Xukuru (PE) ao contar que seu povo buscou por formação, visando ao enfrentamento da invisibilização e da estereotipação sofridas pelos povos indígenas: “A gente usa o audiovisual e sempre tá utilizando as ferramentas de comunicação que a gente tem, em parceria com o Movimento Indígena” (ATL, JAQUELINE XUCURU, 2020).

3.2. Direito

Nyg Kaingang (PR), em sua participação no ATL, destacou que a juventude indígena vem trabalhando na formação de lideranças para utilizar as novas tecnologias, que eles vêm chamando de “tecnologia de transformação”.

Ano passado [2019] a gente conseguiu lançar o nosso primeiro documentário, construído por nós mesmos. Então, assim, usar essas novas tecnologias como ferramenta de defesa dos nossos direitos, sim. Então, essa é a importância da juventude estar nesses espaços, principalmente para que se formem lideranças que possam tá atuando no futuro no lugar das nossas lideranças que estão aí hoje, lutando pelos nossos direitos (ATL, NYG KAINGANG, 2020).

O jovem Yaponã Guajajara reforçou em sua fala que o direito à comunicação, reconhecido pela ONU como um direito humano fundamental, também é um direito essencial que colabora na luta por outros direitos. “Tendo acesso aos meios de comunicação que a diversidade de povos e culturas indígenas pode se manifestar e também por esses meios podemos compartilhar nossas reivindicações e visão do mundo” (ATL, YAPONÃ GUAJAJARA, 2020).

A democratização de acesso às mídias também é uma bandeira de luta dos povos indígenas, pois, segundo Jaqueline Xukuru (PE), o uso das mídias digitais - Facebook, Instagram, YouTube - permite o acesso à informação e, para quem está na base, a informação chega por meio do rádio, então, ela destaca o fortalecimento da luta para garantir esses espaços, “democratizar realmente a mídia, ter rádios indígenas e ter uma rede televisiva indígena” (ATL, JAQUELINE XUKURU, 2020).

Os direitos dos povos indígenas que estão assegurados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), expressos no artigo 231 e dispersos ao longo do texto constitucional, garantem o reconhecimento da “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, art. 231, caput).

No entanto, segundo Relatório Final do ATL (2020), os povos indígenas representados pelo documento denunciaram que o então Governo Federal de Jair Bolsonaro (2019-2022) era “subserviente aos interesses econômicos nacionais e ao capital internacional” (APIB, 2020, p. 2) e queria restringir direitos originários. O documento destaca o avanço de práticas ilegais sobre terras indígenas, como garimpo, desmatamento, exploração madeireira, pecuária, monocultivos, grilagem, mineração e outros empreendimentos de infraestrutura como hidrelétricas, linhas de transmissão e estradas.

3.3. Mediação

Por meio dessa categoria, a produção de sentidos gira em torno do papel das juventudes indígenas como mediadoras das informações, ou seja, como pontes de interlocução entre o mundo não indígena e o mundo indígena. Os/as jovens indígenas assumem a responsabilidade de levar as informações apreendidas nas redes, nos debates, na internet como um todo para os outros integrantes das comunidades indígenas, que não têm acesso a esses espaços virtuais. A jovem indígena Inai'ury Guajajara reiterou que

vai informar o que aconteceu, viu e ouviu no ATL 2020. “Vou repassar para meu pessoal porque eles não têm acesso à internet. Eu vou chegar e dizer o que aconteceu nessa live. E eles ficam curiosos para saber quem são vocês, como é que vocês fazem isso” (ATL, INAI'URY GUAJAJARA, 2020).

Compreende-se, em consonância com Martín-Barbero (2000), ao tratar sobre como as pessoas se relacionam com os meios de comunicação, que mediação é um espaço que abarca “crenças, costumes, sonhos, medos, tudo o que configura a cultura cotidiana” (p.154), ou seja, para além de um dispositivo intermediador, é a “bagagem de mundo” que os ativistas fazem transitar entre os mundos indígena e não indígena ao enviar e trazer informações, um fator cultural que atravessa o processo comunicacional.

A jovem indígena Jaciara Borari (PA) ressaltou que o acesso à internet, na região Oeste do Pará, é deficitário, e que as informações chegam por rádio ou carta. Para repassar as informações aos outros parentes indígenas, ela grava as reuniões e envia para eles assistirem depois. “Aqui na nossa região, a gente é muito movido pelo rio e aí como aqui a internet não chega boa em todo lugar, então, a gente grava uma reunião dessas e manda para eles assistirem depois pra ter essas informações” (ATL, JACIARA BORARI, 2020).

Jaqueline Xukuru (PE) reforça a facilidade de os jovens lidarem com as novas linguagens, o que contribui para o papel de destaque que as juventudes indígenas vêm assumindo no interior do movimento, com uma maior proximidade sobre os usos da internet, como explicado a seguir:

A gente sabe que a juventude tem uma facilidade maior, né, de trabalhar com essa questão da comunicação das mídias sociais, de ter mais acesso à informação, então, acredito que nesse momento a gente é peça-chave no enfrentamento à Covid. Nossos anciãos às vezes não têm acesso a essas informações, então acredito que o papel da juventude nesse momento é muito importante (ATL, JAQUELINE XUKURU, 2020).

Para Waldineia Munduruku (2020), “o objetivo é mobilizar cada vez mais a juventude indígena e levar esse conhecimento para todo mundo que vive nas bases, independente de territórios”. Segundo Jaqueline, o objetivo é “beber da força desse conhecimento e adequar a nossa realidade”, por isso, a temática da live reforça a ideia de um pé na aldeia e outro no mundo, “porque a gente também não pode se desvincular das nossas bases nos

territórios que é quem nos fortalece” (ATL, JAQUELINE XUKURU, 2020).

3.4. Espaço de lutas

Por meio dessa categoria, a comunicação é relacionada a um espaço de luta, um instrumento de luta, assim como o arco e a flecha. Como espaço, precisa ser demarcado pelos indígenas, assim como eles vêm ocupando as cidades, as universidades e outros espaços historicamente negados. A demarcação de espaços é um tema muito caro aos povos indígenas que lutam até hoje para demarcar suas terras. Por isso, fazem a correlação dos espaços virtuais como mais um lugar que deve ser demarcado pela presença deles.

A gente tem a necessidade de se reinventar para ocupar esses espaços pra lutar também nesse espaço que estão utilizando contra a gente, né? Então, a partir do momento que a gente se reúne na base, que entende nossas estratégias de luta, a gente começa a discutir, por exemplo, a participação dos indígenas nas universidades. Então, a gente entende que é importante, às vezes, sair fisicamente do nosso território, nos deslocarmos até as cidades para estar bebendo do conhecimento do branco e poder se empoderar desse conhecimento para utilizar ele enquanto uma ferramenta de luta (ATL, JAQUELINE XUKURU, 2020).

O ATL, considerado a maior manifestação indígena do país, é visto como um importante espaço que deve ser demarcado para troca de conhecimento e visibilidade. “Usamos várias frentes de luta, uma delas é a comunicação, e esse ano estamos demarcando as telas com o ATL, mais uma oportunidade, mais conhecimento, uma nova área para poder demarcar” (ATL, YAPONÃ GUAJAJARA, 2020). O uso da internet como arena política a ser ocupada, tal qual emerge na fala, pode ser compreendido a partir da chave que desvela o âmbito digital como um ambiente de múltiplas interações, na qual os ativistas podem assumir um papel protagonista na publicização de suas demandas. Sobre esta questão, Castells (2017) destaca que o ambiente digital proporciona uma forma de atuação horizontalizada, na qual os sujeitos e sujeitas configuram-se tanto como produtores quanto como receptores e críticos do material que circula.

Edvan Xakriabá considera a demarcação das redes sociais como uma “nova metodologia de luta”, “um forte espaço de luta pra gente usar e significar de uma outra forma” (ATL, EDVAN XAKRIABÁ, 2020). De acordo com Maia, Rossini, Oliveira e Oliveira (2016, p. 49), “Os media digitais ofe-

recem uma poderosa infraestrutura de comunicação a fim de ajudar atores coletivos a difundir informação de modo autônomo, a ganhar visibilidade e a atingir as esferas civil e política”. A fala de Edvan Xakriabá (ATL, 2020) está em consonância com o argumento das autoras, pois ao se referir que neste espaço emerge uma nova metodologia de luta e que a internet é ressignificada ao ser utilizada para essa metodologia, desvela a própria ação de reconhecer que a internet é atravessada por uma lógica mercadológica, mas mesmo assim propicia - de modo criativo - formas de luta que subvertem essa lógica.

3.5. Interação

Por meio desta categoria de produção de sentidos, a comunicação no ambiente digital é uma forma de interação com outros povos indígenas, não indígenas e instituições, com objetivos diversos.

Com o passar do tempo, a gente vai tentando articular e não é fácil essa questão de articular, porque é um território muito grande, mas a gente tá tentando se adequar, formando pequenos grupos, através das redes sociais, se comunicando e fazendo a questão da luta circular e fluir (ATL, EDVAN XAKRIABÁ, 2020).

A perspectiva interacional, portanto, mostra-se interessante no ponto em que permite que, a partir da interação entre sujeitos, sentidos sociais sejam contestados e novos sentidos tecidos, isso porque o caráter social das dinâmicas comunicativas afeta a configuração do comum. Assim, temas que anteriormente não eram percebidos como concernentes a determinados grupos sociais passam a ser contemplados, como no caso do marcador social de gênero e do papel da mulher indígena na comunicação.

Valdineia Munduruku (ATL, 2020) disse na live que “enquanto juventude, é preciso cada vez mais estar somando”, por isso, ela relata ter aprendido sobre como se apropriar de ferramentas de comunicação digital, por exemplo, como fazer um vídeo, uma boa foto, um bom texto, com o objetivo de denunciar; formar parcerias, como as que ela cita com o coletivo Mídia Ninja e a Mídia APIB; e divulgar ações diretas, para “ganhar força, né, porque uma denúncia que a gente faz não afeta só a gente que tá no território, mas sim a nível nacional” (ATL, VALDINEIA MUNDURUKU, 2020).

Jaciara Borari, do Pará, explicou sobre a tomada da capacidade de ação para si, destacando um movimento interacional de negar sua subjugação e

reivindicar sua condição de sujeita que enuncia sua história:

A gente estava muito empolgado para ir para o ATL participar. Os jovens estão cada vez mais tendo voz no Acampamento Terra Livre, cada vez mais tendo espaços para que coloquem a sua música, a sua arte de várias maneiras, então eu acho que é um pouco disso que a gente faz também. E também um trabalho com as mulheres indígenas. Acho que, para quem tá vendo, têm muitas mulheres indígenas que estão na frente do movimento e que antes não tinha, né? Eram mais os homens que estavam na linha de frente e agora as mulheres estão cada vez mais empoderadas de si (ATL, JACIARA BORARI, 2020).

A fala de Jaciara, além de destacar a importância da tomada de voz para si, ressalta que ao fazer isso e falar, ela lança luz sobre o fato de que as mulheres também reivindicam que sua voz seja ouvida e que estão à frente do movimento. Desta forma, a interação possibilita a articulação, a construção de redes de parcerias e mobilizações em torno desses temas, buscando desestabilizar o silêncio imposto como norma para e a respeito de povos indígenas.

3.6. Visibilidade

A internet também foi tematizada durante o ATL como um espaço de visibilidade. Tal qual citamos no final da seção anterior, explicado por Jaciara Borari.

A gente também fez algumas ações aqui, inclusive, que repercutiu que foi com o Ministro da Educação, na época, que era o Abraham [Weintraub], não sei falar a parte em inglês. O que era, na época, o Ministro da Educação, e aí repercutiu muito e o que a gente também sabe que cada coisa que a gente faz, ela repercute muito além da gente e a gente não pode ter medo do que vai acontecer (ATL, JACIARA BORARI, 2020).

Visibilidade, no sentido utilizado pelos ativistas no ATL, compreendemos que diz respeito à utilização da internet para reverberar suas ações, para potencializar o alcance de seus discursos, para amplificar suas vozes, mas, sobretudo, para publicizar demandas políticas.

Por que não trabalhar essas redes sociais, o YouTube para utilizar essa ferramenta de componente indígena, os vídeos nas aldeias para fazer essa denúncia do que está acontecendo no nosso território? A gente produziu alguns documentários, né? Eu posso citar até aqui pra quem quiser acompanhar depois no You-

Tube que é o “BR nas aldeias”, “Tapeba é cultura”. Para além dos impactos que a gente colocou nesses pequenos vídeos de 15, 10 minutos, também falava da questão cultural do nosso povo, do bem viver, da biodiversidade (ATL, CASSIMIRO TAPEBA, 2020).

A visibilidade possibilitada pelas interações comunicativas, de acordo com a fala das jovens lideranças, vai além do simples “pôr em cena” a pluralidade, mas como destaca Cassimiro (CE), busca complexificar e estabelecer um contexto de interlocução entre o que é dito, ou mostrado, e quem vê.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Potiguara (2019) e Krenak (2019), por mais de 500 anos, a narrativa hegemônica construída historicamente sobre os indígenas é exterior, contada pela ótica do colonizador, permeada de estereótipos, como o de que eles são selvagens, primitivos, incivilizados, sem alma, sexualmente agressivos, entre outros adjetivos que os desumanizam e homogeneízam.

Na fala que abriu este artigo, Jaqueline Xukuru já destacava o potencial da comunicação para dialogar com as áreas de conhecimento e com as lutas dos povos indígenas. Por meio da análise sistemática das falas das jovens lideranças indígenas na live do ATL (ATL, 2020), foi possível compreendermos outras camadas de sentido que esses representantes das juventudes indígenas atribuem à comunicação.

Entre elas, a autocomunicação como possibilidade de os povos indígenas atuarem como produtores, protagonistas de suas narrativas, fonte de saberes, contribuindo para o processo de descolonização das mentes e corpos (XAKRIABÁ, 2018). A comunicação também foi destacada como um direito e também como uma forma de lutar por direitos, como instrumento de luta. Nesse processo de ação política, as lideranças destacaram outras dimensões da comunicação como interação, espaços de debates, e de visibilidade para divulgar ações, assim como, fazer denúncias, ser visto e ouvido num espaço público.

Outro importante achado da nossa pesquisa foi a compreensão da atuação em comunicação e do conhecimento de tecnologia como instâncias de mediação, a partir das quais os/as jovens indígenas relacionam diferentes temporalidades, dos anciãos das aldeias às lógicas de rápida circulação de informação nos ambientes digitais. Tal como afirmou Marcon (2016) a res-

peito de juventudes e tecnologias digitais, apesar de jovens terem experiências bastante distintas, eles atuam, de certo modo, numa temporalidade compartilhada globalmente. As repercussões étnicas, culturais e sociais desse processo podem se configurar como agendas futuras de pesquisas sobre juventudes indígenas e tecnologias.

REFERÊNCIAS

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - **Documento Final ATL 2020**. 2020. Disponível em: <https://curtlink.com/V3loN11> . Acesso em: 10 abr. 2021.

ATL. Acampamento Terra Livre. **Juventude Indígena, comunicação e ação: Um pé na aldeia e outro no mundo**. 28 de abril de 2020. Live no Youtube. Disponível em: <https://encr.pw/WdbCR>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITO, Rosaly de Seixas. **Diferentes, desiguais e conectados (?)** Vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. 2014. 251f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em <https://bit.ly/3fzMmlj>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna (org.). **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras**. São Paulo: Annablume, 2019, p. 35-62.

FEIXA, Carles. **A juventude como categoria social está morrendo de êxito**. Entrevista a Pablo Elorduy. Instituto Humanitas Unisinos, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3uBwLWo>. Acesso em: 12 maio 2021.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade.** 2ª ed. São Paulo: Pólem, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAIA, Rousiley; ROSSINI, Patrícia; OLIVEIRA, Vanessa; OLIVEIRA, Ali-
cianne. Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação
coletiva. In: DE JESUS, Eduardo et al. (orgs.). **Reinvenção comunicacio-
nal da política: modos de habitar e desabitar o século XXI.** Salvador:
EDUFBA; Brasília: Compós, 2016, p. 47-63.

MARCON, Frank. Geração e juventude na era digital. **Política & Socieda-
de**, Florianópolis, v. 15, n. 32, jan./abr. 2016, p. 332-338.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e mediações culturais. Entrevis-
ta a Claudia Barcelos. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Co-
municação**, v. 23, n. 1, 2000. Disponível em: [https://revistas.intercom.org.
br/index.php/revistaintercom/article/view/2010](https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2010). Acesso em: 28 jan. 2023.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Contribuições juvenis para os direitos indíge-
nas. **Revista Direito e Práxis.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2019.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** Rio de Janeiro: Gru-
min edições, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na
América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p.
18-27, 2010.

TORRICO, Erick R. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente.
Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, São Paulo,
v. 15, n. 28, 2018.

URTEAGA, Maritza. Lo juvenil en lo étnico. Migración juvenil indígena en la
sociedad contemporánea mexicana. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 4, 2008,
p. 261-275.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. **O barro, o genipapo e o giz no fazer
epistemológico de autoria Xakriabá:** reativação da memória por uma

educação territorializada. 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2018. , p. 1261-1290.

ⁱ Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA). Servidora pública Jornalista na Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI/PA). Mestre em Comunicação (PPGCom/UFPA), com bolsa auxílio Capes. Faz parte do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1332-1236>

E-mail: lesteves@ufpa.br

ⁱⁱ Professora da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É uma das líderes do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7102-0293>

E-mail: rosalsybrito@gmail.com

ⁱⁱⁱ Professora da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Comunicação (UFMG). É uma das líderes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Política na Amazônia (Compoa).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3243-8368>

E-mail: danilacalufpa@gmail.com

^{iv} Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (Unama). Integrante do Grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa-UFPA/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Estética e Política (Cepolis-UFPA/CNPq). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0465-6686>

E-mail: s.nathaliafonseca@gmail.com

^v Professora da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e pós-doutora na área da Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA – UFPA). Coordena o Grupo de Pesquisa “Observatório de Comunicação e Resistências”.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4321-7245>

E-mail: steinbrenner@ufpa.br

Artigo recebido em: 15 maio 2023. | Artigo aprovado em: 06 jun. 2023.